

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

31 de dezembro de 2017

com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Linhas de Transmissão do Itatim S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 16 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.847	6.866
Concessionárias e permissionárias	9	6.641	7.704
Contas a receber - partes relacionadas	25	214	20
Adiantamento a fornecedores		903	1.242
Impostos a recuperar	10	6.883	696
Estoques		11.517	12.006
Outros ativos circulantes		216	182
		32.221	28.716
Ativo não circulante			
Títulos e valores mobiliários	8	20.811	22.408
Outros ativos não circulantes		2.806	2.747
Imobilizado não vinculado à concessão		1.121	333
Imobilizado	11	460.084	473.221
Intangível	12	34.335	34.375
		519.157	533.084
Total do ativo		551.378	561.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		869	913
Fornecedores - partes relacionadas	25	1.879	6
Financiamentos - terceiros	13	26.939	25.707
Impostos e contribuições sociais	16	1.051	11.032
Taxas regulamentares	14	3.698	3.268
Dividendos propostos		857	355
Outros passivos circulantes		669	667
		35.962	41.948
Passivo não circulante			
Financiamentos - terceiros	13	186.039	210.877
Outros passivos não circulantes	17	18.810	19.335
		204.849	230.212
Patrimônio líquido	18		
Capital social		261.360	261.360
Reserva de lucros		92.999	43.256
Reserva legal		5.369	2.725
Prejuízos acumulados		(49.161)	(17.701)
		310.567	289.640
Total do passivo e do patrimônio líquido		551.378	561.800

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida	19	57.462	44.839
Custo da operação	20	<u>(23.039)</u>	<u>(21.606)</u>
Lucro bruto		34.423	23.233
Despesas gerais e administrativas	21	(5.412)	(2.731)
Outras receitas operacionais líquidas		<u>(115)</u>	<u>81</u>
Lucro antes do resultado financeiro		28.896	20.583
Resultado financeiro	23	<u>(16.872)</u>	<u>(17.599)</u>
Receita financeira		3.348	3.872
Despesa financeira		(20.220)	(21.471)
Resultado antes dos impostos		<u>12.024</u>	<u>2.984</u>
Imposto de renda e contribuição social		9.405	(11.907)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		<u>21.429</u>	<u>(8.923)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	21.429	(8.923)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>21.429</u>	<u>(8.923)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão Itatim S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	261.360	858	8.155	28.544	298.917
Prejuízo do exercício	-	-	-	(8.923)	(8.923)
Constituição da reserva legal	-	1.867	-	(1.867)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	35.101	(35.101)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(354)	(354)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	261.360	2.725	43.256	(17.701)	289.640
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.429	21.429
Constituição da reserva legal	-	2.644	-	(2.644)	-
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	-	-	49.743	(49.743)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(502)	(502)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	261.360	5.369	92.999	(49.161)	310.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itaim S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro antes dos impostos	12.024	2.984
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos financiamentos	19.322	21.204
Depreciação e amortização	15.212	14.949
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	627	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Concessionárias e permissionárias	436	3.517
Estoques	489	(3.243)
Impostos a recuperar	(6.186)	3.069
Adiantamentos a fornecedores	339	(350)
Outros ativos	(288)	1.590
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.812	(84)
Tributos e contribuições sociais	6.282	(2.559)
Impostos pagos	(6.858)	(1.215)
Juros pagos	(16.806)	(18.417)
Taxas regulamentares	430	546
Outros passivos	2	186
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	26.837	22.177
Atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(3.332)	-
Títulos e valores mobiliários	1.597	401
Baixa de imobilizado e intangível	-	2.894
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(1.735)	3.295
Atividades de financiamento:		
Empréstimos pagos	(26.122)	(25.880)
Dividendos pagos	-	(8.155)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento	(26.122)	(34.035)
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(1.020)	(8.563)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.866	15.429
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.847	6.866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Campo Grande - MS e Goianésia - GO.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Grupo SGBH"). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia tem como propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

As atividades da Companhia estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 007/2009, firmado com a ANEEL em 23 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

Os equipamentos e instalações relativos ao Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e ao Interesse Exclusivo e Caráter Individual de Centrais de Geração (IEG) deverão ser transferidos à concessionária de distribuição local, sem ônus, em 1º de julho de 2025, excetuados os transformadores integrantes das ICG e suas conexões.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP será corrigida anualmente, no mês de julho de cada exercício, com base na variação anual do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato.

Em 28 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016, estabeleceu a RAP em R\$ 68.983 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

Em 27 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.258/2017 estabeleceu a RAP em R\$ 71.464 para o período de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2018.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 10 - Imobilizado e 11 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores da Companhia para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

3.3. Reconhecimento de receita

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

Em 2016 as receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Em 2017 as receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 1,65%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Em 2016 a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro real.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Em 2017 o regime de tributação do imposto de renda e contribuição social foi alterado para o lucro presumido.

Na tributação do imposto de renda e contribuição social tendo como base o lucro presumido é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber partes relacionadas e concessionárias e permissionárias.

O saldo e caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados pelo valor justo e contas a receber partes relacionadas, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável são classificados pelo custo amortizado.

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: financiamentos – terceiros, fornecedores – terceiros e fornecedores – partes relacionadas. Os saldos de tais passivos financeiros são classificados pelo custo amortizado.

A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui passivos financeiros não derivativos na categoria: Outros passivos financeiros ao custo amortizado - reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4.11. Fluxo de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo como CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

4.12. Transações com partes relacionadas

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

5.1. Aplicação das normas novas e revisadas, a partir de 1º de janeiro de 2017, que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual e em exercício anteriores:

Modificações ao CPC 03 (R2) - Necessidade de inclusão de divulgação de mudanças nos passivos oriundos de atividades de financiamento.

Modificações ao CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.

Modificações ao CPC 45 - Ciclos de melhorias anuais 2015-2017.

5.2 As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia adotará essas normas, tão logo entrem em vigor:

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - A norma inclui novos modelos para os três aspectos de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada da classificação e da mensuração, considerando que a Companhia não adota contabilidade de hedge. Tomou por base informações atualmente disponíveis e poderá estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que serão disponibilizadas a Companhia em 2018, quando passará a adotar o CPC 48. Em geral, exceto pelo mencionado no tópico de Classificação e mensuração, abaixo, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(a) Classificação e mensuração - A Companhia continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo e espera que determinadas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários possam vir a ser mensuradas pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, uma vez que espera não só manter estas aplicações, mas também negociá-las de forma relativamente frequente.

As contas a receber, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia entende que as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

A Companhia mantém estudos e discussões no setor de atuação quanto aos possíveis impactos da aplicação da norma. Estas análises e discussões, por sua natureza e complexidade e pela similaridade dos desafios e contratos inerentes a sua área de atuação envolvem não apenas a Companhia, mas outros participantes da indústria em que atua e da comunidade de negócios, tal como a ABRACONEE - Associação Brasileira de Contadores do Setor de Energia Elétrica.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

(b) Redução ao valor recuperável - A norma exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos e valores mobiliários e contas a receber, com base em 12 meses ou por toda a vida. As perdas de crédito esperadas são avaliadas pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes - A norma estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes, onde a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia planeja adotar a nova norma com início a partir de 1º de janeiro de 2018 com base no método retrospectivo modificado.

A Companhia atua na construção, operação e manutenção e transmissão de energia elétrica, por meio de contratos de concessão estabelecidos em licitações realizadas pelo Poder Público para concessão de serviço público de transmissão.

Prestação de serviços de transmissão - Para contratos com a ANEEL em que geralmente se espera que a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão sejam as únicas obrigações de execução, a adoção da norma não deverá ter impacto na receita e no resultado da Companhia. A Companhia reconhece a receita ao longo tempo, conforme o serviço de disponibilização da rede de transmissão é prestado.

Contraprestação variável - Os contratos de concessão mencionam a parcela variável ("PV"), que consistem em uma parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. Atualmente, a Companhia reconhece a receita de transmissão mensurada ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de descontos referentes a parcela variável, que dão origem a uma contraprestação variável. A norma exige que a contraprestação variável seja restrita para evitar o reconhecimento excessivo da receita. A Companhia não espera que a adoção da norma traga alterações, já que a PV reduz sua receita bruta.

Adicionalmente, as multas incorridas pela penalidade na qualidade da prestação do serviço, atualmente são contabilizadas como despesa operacional. A nova regra, item 50 e 51, indica que a receita deve ser reconhecida líquida de descontos, abatimentos, penalidades e outros itens, portanto, a Companhia identifica que as multas a partir de 1º de janeiro de 2018 deverão ser registradas como redutora da receita e não como despesa operacional.

Alocação do preço de venda - A Companhia contabiliza a remuneração do ativo financeiro e o serviço de operação e manutenção como entregas separadas e aloca a contraprestação de forma distribuída entre esses produtos, seguindo o definido nos contratos de concessão.

Na avaliação da Companhia a apropriação da contraprestação e, conseqüentemente, a época do montante de receita reconhecida não serão afetados.

Reconhecimento da receita ao longo do tempo - A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. De acordo com a norma, a Companhia continuará a

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

reconhecer a receita desses contratos de serviços ao longo do tempo, atendendo ao exigido pela nova norma.

Exigências de apresentação e divulgação - As exigências de apresentação e divulgação da norma são mais detalhadas e como exigido, a Companhia desagrega as receitas reconhecidas de contratos com clientes em categorias que descrevem a natureza, o montante e o fato das receitas e dos fluxos de caixa serem afetados por fatores econômicos. A Companhia possui apenas um segmento operacional.

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A norma também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as atualmente.

A norma entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Em 2018, a Companhia planeja avaliar o efeito potencial da norma nas suas demonstrações financeiras.

Até a data da emissão destas demonstrações contábeis regulatórias, o MCSE não especificou tratamento distinto com relação às normas novas e revisadas acima mencionadas.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

6. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		32.221	57.943	90.164	28.716	61.342	90.058
Caixa e equivalentes de caixa		5.847	-	5.847	6.866	-	6.866
Concessionárias e permissionárias		6.641	-	6.641	7.704	-	7.704
Contas a receber – partes relacionadas		214	-	214	20	-	20
Adiantamentos a fornecedores		903	-	903	1.242	-	1.243
Impostos a recuperar		6.883	-	6.883	696	-	696
Estoques		11.517	-	11.517	12.066	-	12.006
Ativo financeiro amortizável	a	-	57.943	57.943	-	61.342	61.342
Outros ativos circulantes		216	-	216	182	-	181
Ativo não circulante		519.157	42.194	561.351	533.084	1.165	534.249
Títulos e valores mobiliários		20.811	-	20.811	22.408	-	22.408
Ativo financeiro amortizável	a	-	536.555	536.555	-	508.666	508.666
Outros ativos não circulantes		2.806	-	2.806	2.747	-	2.747
Imobilizado não vinculado à concessão		1.121	-	1.121	333	-	333
Imobilizado	b	460.084	(460.054)	30	473.221	(473.194)	27
Intangível	b	34.335	(34.307)	28	34.375	(34.307)	68
Total de ativos		551.378	100.137	651.515	561.800	62.507	624.307

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2017			31/12/2016		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
Passivo circulante	35.962	-	35.962	41.948	-	41.948
Fornecedores terceiros	869	-	869	913	-	913
Fornecedores partes relacionadas	1.879	-	1.879	6	-	6
Financiamentos com terceiros	26.939	-	26.939	25.707	-	25.707
Tributos e contribuições sociais	1.051	-	1.051	11.032	-	11.032
Taxas regulamentares	3.698	-	3.698	3.268	-	3.268
Dividendos propostos	857	-	857	355	-	355
Outros passivos circulantes	669	-	669	667	-	667
Passivo não circulante	204.849	50.976	255.825	230.212	44.807	275.018
Financiamentos com terceiros	186.039	-	186.039	210.877	-	210.877
Tributos diferidos	-	50.976	50.976	-	44.807	44.807
Outros passivos não circulantes	18.810	-	18.810	19.335	-	19.334
Patrimônio líquido	310.567	49.161	359.728	289.640	17.701	307.341
Capital social	261.360	-	261.360	261.360	-	261.360
Reserva de lucros	92.999	-	92.999	43.256	-	43.256
Reserva legal	5.369	-	5.369	2.725	-	2.725
Lucro (prejuízo) acumulado	(49.161)	49.161	-	17.701	17.701	-
Total do passivo e do patrimônio líquido	551.378	100.137	651.515	561.800	62.508	624.307

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	57.462	25.398	82.860	44.839	35.403	80.242
Custo da operação	e	(23.039)	13.139	(9.900)	(21.606)	18.271	(3.335)
Lucro bruto		34.423	38.537	72.960	23.233	53.674	76.907
Despesas gerais e administrativas		(5.412)	-	(5.412)	(2.731)	-	(2.731)
Outras receitas operacionais		(115)	-	(115)	81	-	81
Lucro antes do resultado financeiro		28.896	38.537	67.433	20.583	53.674	74.257
Resultado financeiro		(16.872)	-	(16.872)	(17.599)	-	(17.599)
Receita financeira		3.348	-	3.348	3.872	-	3.872
Despesa financeira		(20.220)	-	(20.220)	(21.471)	-	(21.471)
Lucro antes dos impostos		12.024	38.537	50.561	2.984	53.674	56.658
Imposto de renda e contribuição social	c	9.405	(7.076)	2.329	(11.907)	(7.429)	(19.336)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		21.429	31.461	52.890	(8.923)	46.245	37.322

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.3.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bancos	3.282	284
Aplicações financeiras	2.565	6.582
	<u>5.847</u>	<u>6.866</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97% do CDI.

8. Títulos e valores mobiliários

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Conta reserva - financiamento	20.811	22.408
	<u>20.811</u>	<u>22.408</u>

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Nota explicativa 13).

Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

9. Concessionárias e permissionárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	6.019	6.456
Vencidas até 30 dias	44	140
Vencidas até 60 dias	2	130
Vencidas até 90 dias	4	4
Vencidas até 120 dias	9	60
Vencidas até 180 dias	21	4
Vencidas há mais de 180 dias	1.684	1.425
	<u>7.783</u>	<u>8.219</u>
PCLD	<u>(1.142)</u>	<u>(515)</u>
	<u>6.641</u>	<u>7.704</u>

Em função do giro das concessionárias e permissionárias em curtíssimo prazo, a Administração constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo em 1º de janeiro	(515)	(515)
Adição	(627)	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(1.142)</u>	<u>(515)</u>

10. Impostos a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IR s/ aplicação financeira	168	200
IRPJ	3.901	237
CSLL	2.766	199
PIS	-	2
COFINS	1	8
Outros	47	50
	<u>6.883</u>	<u>696</u>

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11. Imobilizado

11.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor bruto em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	543.427	-	-	2.985	546.412	2.985	(96.471)	449.941	462.541
Terrenos	5.978	-	-	-	5.978	-	-	5.978	5.978
Edificações, obras civis e benfeitorias	15.696	-	-	823	16.519	823	(3.473)	13.046	12.777
Máquinas e equipamentos	521.568	-	-	2.159	523.727	2.159	(92.939)	430.788	443.635
Veículos	166	-	-	-	166	-	(56)	110	134
Móveis e utensílios	19	-	-	3	22	3	(3)	19	17
Administração	169	-	-	7	176	7	(146)	30	28
Máquinas e equipamentos	135	-	-	7	142	7	(124)	18	14
Móveis e utensílios	34	-	-	-	34	-	(22)	12	14
	543.596	-	-	2.992	546.588	2.992	(96.617)	449.971	462.569
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	10.652	2.446	-	(2.985)	10.113	(540)	-	10.113	10.652
Máquinas e equipamentos	1.916	349	-	(2.159)	106	(1.811)	-	106	1.800
Outros	8.736	2.097	-	(826)	10.007	1.271	-	10.007	8.852
Administração	-	7	-	(7)	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	7	-	(7)	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10.652	2.453	-	(2.992)	10.113	(540)	-	10.113	473.221
Ativo Imobilizado	554.248	2.453	-	-	556.701	2.452	-	460.084	473.221

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017		2016
		Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Transmissão	3,38%	546.412	(96.471)	449.941
Administração	11,77%	176	(146)	30
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10%	1.268	(147)	1.121
		547.856	(96.764)	451.092
				462.902

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2017

Adições do ativo imobilizado em curso	Material e equipamentos
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	825
Máquinas e equipamentos	356
Móveis e Utensílios	4
Material em depósito	1.034
Adiantamentos a fornecedores	234
	2.453

11.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2017

Descrição do bem	Grupo	Valor
EMPREITADA GLOBAL - SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DO ALMOXARIFADO DA SE CHAPADÃO DO SUL	Edificação e benfeitorias	149
EMPREITADA GLOBAL - SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DO ALMOXARIFADO DA SE ILHA SOLTEIRA	Edificação e benfeitorias	145
SERV CONST DO ALMOXARIFADO DA SE ILHA SOLTEIRA	Edificação e benfeitorias	131
SERV CONST DO ALMOXARIFADO DA SE ILHA SOLTEIRA	Edificação e benfeitorias	131
EMPREITADA GLOBAL - SERV CONST DO ALMOXARIFADO DA SE CHAPADAO DO SUL	Edificação e benfeitorias	137
EMPREITADA GLOBAL - SERV CONST DO ALMOXARIFADO DA SE CHAPADAO DO SUL	Edificação e benfeitorias	132
RELE FINDER RR1491250000	Máquinas e Equipamentos	21
SERVIÇOS DE ALTERAÇÃO DOS CUBÍCULOS CB1 DAS UNIDADES 2/4 DE 25KA PARA 40KA	Máquinas e Equipamentos	62
PEÇAS SOBRESSALENTES DISJUNTOR MT: DISJUNTOR TRIPOLAR,EXTRAVEL,MODELO HVX 17, 5KV.40KA,1250A	Máquinas e Equipamentos	95
INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTO FORNECIDO, SERVIÇOS DE CAMPO PARA SUPERVISÃO DE MONTAGEM E ACOMPANHAMENTO AOSTART-UP DE 2 DISJUNTORES HVX.; SUA REFERENCIA:015-2017	Máquinas e Equipamentos	21
Administração		
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 7480	Máquinas e Equipamentos	7

11.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2017

Não houve baixa de ativo imobilizado no exercício de 2017.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Intangível

12.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor bruto em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
Intangível em serviço									
Transmissão	34.307	-	-	-	34.307	-	-	34.307	34.307
Servidões	34.307	-	-	-	34.307	-	-	34.307	34.307
Administração	199	-	-	-	199	-	(171)	28	68
Softwares	199	-	-	-	199	-	(171)	28	68
	34.506	-	-	-	34.506	-	(171)	34.335	34.375

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017		2016
		Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço				
Transmissão	0%	34.307	-	34.307
Administração	20,00%	199	(171)	68
		34.506	(171)	34.335

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

13. Financiamentos - Terceiros

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto. de juros	Data próx. Pgto. de juros	Frequência da amortização	Data próx. amortização	Sistemática da amortização	Encargos	2017	2016
BNDES - Subcrédito A	11/2012	04/2028	Mensal	15/01/18	Mensal	15/01/18	SAC	TJLP + 2,74% a.a.	177.347	193.583
BNDES - Subcrédito B	11/2012	10/2022	Mensal	15/01/18	Mensal	15/01/18	SAC	2,5% a.a.	35.425	42.775
BNDES - Subcrédito C	09/2014	04/2027	Mensal	15/01/18	Mensal	15/01/18	SAC	TJLP	206	225
									212.978	236.583
Circulante									26.939	25.707
Não circulante									186.039	210.877
									212.978	236.584

Em 27 de novembro de 2012 a Companhia assinou um contrato de financiamento mediante abertura de crédito destinado à implantação as linhas de transmissão. O financiamento está dividido em subcréditos, detalhados a seguir:

BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos A e B

Nos valores originais de R\$251.129, R\$68.237 respectivamente, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 2,74% e 2,5% ao ano respectivamente, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 e 114 meses respectivamente, com início em 26 de dezembro de 2012 e término em 15 de abril de 2028 e 15 de outubro de 2022 respectivamente.

BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos C

Atendendo à exigência do Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES, o valor de R\$ 1.605 deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através de dois projetos:

- 1) Projeto Maré do Amanhã - Orçamento previsto de 1,2 milhão de reais;
- 2) Projeto Casa Abrigo Criança Cidadã - Orçamento previsto de 531 mil reais;

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

(i) Segue relação das garantias do contrato:

- Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão.
- Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.
- Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	<u>Amortização</u>
2019	26.418
2020	26.554
2021	26.693
2022 – 2029	106.374
	<u>186.039</u>

c) Covenants

De acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender ao fluxo de caixa para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de pagamentos de juros e amortizações de principal no período superior ou igual a 1,30 vezes. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia atingiu os índices propostos.

14. Taxas regulamentares

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Quota de reserva global de reversão (RGR) (i)	1.231	1.288
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (ii)	2.134	1.646
Taxa de fiscalização (TFSEE) (iii)	333	334
	<u>3.698</u>	<u>3.268</u>

(i) **RGR**

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

(ii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017 de R\$ 22.074.

Conforme Nota Técnica nº 218/2017 a ANEEL estabeleceu o valor de TFSEE de R\$ 21.917 ao mês, período de julho de 2017 a junho de 2018.

15. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ambiental	-	105
Trabalhista	-	8.726
Fiscal	27.464	13.925
	<u>27.464</u>	<u>22.756</u>

16. Impostos e contribuições sociais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IR	353	7.737
CSLL	226	2.556
PIS	30	95
COFINS	142	446
Outros	300	198
	<u>1.051</u>	<u>11.032</u>

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Outros passivos não circulantes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Obrigações especiais (i)	17.803	18.312
Outras contas a pagar com partes relacionadas	-	16
Outras provisões passivas	1.007	1.007
	<u>18.810</u>	<u>19.335</u>

(i) Recebimento antecipado pelas centrais geradoras para o custeio de aquisição de instalações de transmissão de interesse exclusivo. Amortizamos a taxa média de depreciação do ano de 2017, 2,66%, pela realização da receita.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 261.360 dividido em 261.360 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	<u>2017 e 2016</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	52.890	37.322
Absorção de prejuízo	-	-
Base para reserva legal	<u>52.890</u>	<u>37.322</u>
Reserva legal (5%)	(2.645)	(1.866)
Base de cálculo para os dividendos	<u>50.245</u>	<u>35.456</u>
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	<u>502</u>	<u>355</u>

No ano de 2016 foram pagos o valor de R\$ 8.155 referente a dividendos. Em 15 de agosto de 2016 foi pago R\$ 2.000 e em 1º de novembro 2016 foi pago R\$ 6.155 de dividendos.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Receita operacional líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional bruta	62.206	52.664
Receita quota CDE	130	208
Receita quota Proinfa	37	37
Receita rateio de antecipação	1.352	3.043
Receita de encargos de transmissão	50.594	41.737
Receita de novas obras RBNI	54	51
Recuperação de PIS e COFINS	1.897	4.536
Receita de CCT	11.715	10.718
Parcela ajuste do ciclo anterior	(3.385)	(7.666)
Indisponibilidade de equipamentos	(188)	-
	(4.744)	(7.825)
Deduções da receita operacional		
PIS	(404)	(974)
COFINS	(1.866)	(4.484)
P&D	(475)	(502)
RGR	(1.556)	(1.463)
Quota CDE	(139)	(90)
TFSEE	(264)	(237)
Quota Proinfa	(40)	(75)
	57.462	44.839

20. Custo da operação

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(3.908)	(3.286)
Material	(234)	(320)
Serviços de terceiros	(1.951)	(1.517)
Tributos	(9)	(81)
Arrendamentos e aluguéis	(34)	(136)
Seguros	(80)	(66)
Depreciação	(15.076)	(14.872)
Gastos diversos (i)	(1.747)	(1.328)
	(23.039)	(21.606)

(i) Grupo de contas gastos diversos de acordo com o plano de contas da ANEEL. Os maiores impactos são de serviços de telecomunicação e CCI sem receita atrelada.

21. Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	(3.712)	(1.109)
Serviços de terceiros	(381)	(431)
Arrendamentos e aluguéis	(99)	(65)
Provisão	(627)	-
Tributos	(4)	(34)
Depreciação e amortização	(44)	(44)
Outros	(545)	(1.048)
	(5.412)	(2.731)

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

22. Despesa com pessoal

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	(2.503)	(2.173)
Encargos	(779)	(679)
Benefícios	(612)	(434)
Outros	(14)	-
	<u>(3.908)</u>	<u>(3.286)</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	(1.221)	(716)
Encargos	(741)	(174)
Benefícios	(417)	(158)
Outros	(385)	(52)
Administradores	(948)	(9)
	<u>(3.712)</u>	<u>(1.109)</u>
	<u>(7.620)</u>	<u>(4.343)</u>

23. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita financeira	<u>3.348</u>	<u>3.872</u>
Receitas de aplicações financeiras	2.069	3.762
Outras receitas financeiras	1.279	110
Despesa financeira	<u>(20.220)</u>	<u>(21.471)</u>
Juros sobre financiamentos (nota explicativa 13)	(16.710)	(18.337)
Variação monetária	(2.611)	(2.867)
Outras despesas financeiras	(899)	(267)
	<u>(16.872)</u>	<u>(17.599)</u>

24. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2017 e 2016, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

24.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.847	6.866
Títulos e valores mobiliários	8	20.811	22.408
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
	Nota	2017	2016
Contas a receber – partes relacionadas	25	214	20
Concessionárias e permissionárias	9	6.641	7.704
Passivos mensurados pelo custo amortizado			
	Nota	2017	2016
Financiamentos - terceiros	13	212.978	236.584
Fornecedores - terceiros	-	869	913
Fornecedores - partes relacionadas	25	1.879	6

24.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Os resultados da Companhia estão não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

25. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

Ativo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber - partes relacionadas	<u>214</u>	<u>20</u>
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	185	-
Outros	29	20

Passivo

<u>2017</u>	<u>2016</u>
-------------	-------------

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Fornecedores - partes relacionadas	<u>1.879</u>	<u>22</u>
Aluguel (ii)	6	6
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	1.857	-
Outros	16	16

Resultado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado - partes relacionadas	<u>(3.485)</u>	<u>(65)</u>
Despesa aluguel (ii)	(69)	(65)
Rateio Res. 699/16 – ANEEL (i)	(3.416)	-

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

26. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua

Linhas de Transmissão do Itatim S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração contábil regulatória, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme a seguir:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	760	570
Seguro patrimonial	Risco operacional	89.384	89.384
Veículos	Carros	36	33
		<u>90.180</u>	<u>89.987</u>